

APONTAMENTOS SOBRE O NASCIMENTO DO CEMITÉRIO PÚBLICO DA CIDADE DE RIO GRANDE – RS (1848-155)

DOUGLAS SILVA NUNES¹;
MAURO DILMANN³

¹*Universidade Federal de Pelotas, Ufpel – douglLassilLvanunes@gmail.com*

¹*Universidade Federal de Pelotas, Ufpel – maurodillmann@hotmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Até meados do século XIX a proximidade com os cemitérios e, portanto, com os mortos, era comum nas cidades brasileiras. A partir de surtos epidêmicos com altas taxas de mortalidade com o Cólera, evidenciou-se a necessidade da adoção de diferentes medidas quanto à administração das práticas fúnebres, que distanciaram os cemitérios, alterando o modo de encarar a morte e tornando mais privado o culto à memória dos mortos. Esta mudança da esfera pública para a privada ocorre em meio a projetos de modernização e urbanização das cidades, ou seja, de mudanças sociais e político-administrativas. Essa modernização consistiu na adoção de padrões de consumo, comportamento, instituições, valores e ideias de nações ditas civilizadas. Assim, apresentamos uma discussão sobre a inserção desse processo no âmbito do universo urbano do século XIX, em Rio Grande, com atenção a algumas das modificações nas suas práticas fúnebres.

A mutabilidade dos ritos sociais ao redor da morte teve um momento de ruptura no início do século XIX, quando, principalmente por motivos santiários, os mortos são afastados das vilas e cidades. Até então, a morte parecia estar mais presente no cotidiano e, autores como Philippe Ariès (2012) demonstram o convívio próximo entre os vivos e os mortos na França. No Brasil, ao longo do século XIX, tanto em Rio Grande, como em cidades de outras províncias como o Rio de Janeiro (FRANCO, 2019; RODRIGUES, 1997), ou São Paulo (CYMBALISTA, 2002), uma ruptura ocorre: novas formas de entendimento sobre a composição química dos corpos e dos ares, exigiam novas maneiras de tratamento do corpo morto. O cuidado do espaço urbano e da saúde pública demandava uma morte higienizada, afastada e segregada dos vivos, pois o cheiro dos mortos e a possibilidade de contaminação obrigava que os lugares dos mortos ocupassem outros espaços.

2. METODOLOGIA

Este é um estudo de caráter histórico que, após a delimitação do tema e do levantamento bibliográfico, seleciona, reúne e sistematiza a documentação necessária para o desenvolvimento da pesquisa, com posterior análise qualitativa à luz dos referenciais teóricos da História Cultural e da produção historiográfica.

As fontes consultadas até o momento são os *Relatórios da Câmara*, assim como o Jornal *Diário do Rio Grande* e uma série de artigos jornalísticos da coleção *Antenor Oliveira Monteiro*, sendo possível sua consulta na biblioteca Rio-Grandense.

Nos Relatórios da Câmara se é possível verificar quais os discursos e justificativas que circulavam entre os dirigentes políticos para com as mudanças sobre a cidade, quais os locais que ganharam ou perderam importância ao longo dos anos. Enquanto que nos artigos jornalísticos se percebe os reclames e apreensões de parte da população com a saúde pública e o cemitério.

Para que o estudo faça sentido é necessário trazer à tona as palavras de Roger Chartier no âmbito da História Cultural:

Uma tal perspectiva considera que os interesses sociais nunca são uma realidade preexistente, mas são sempre o resultado de uma construção simbólica e linguística, e considera que toda a prática, qualquer que ela seja, está situada na ordem do discurso (CHARTIER, 2006, p.38-39).

As mudanças operadas nos ritos de passagem não se traduzem em relações de força, mas sim de sentido, ou seja, estão no reino do simbólico e linguístico, ainda que uma epidemia estivesse presente em Rio Grande, perturbando os ritos fúnebres, foi graças a uma nova sensibilidade frente à visão, ao cheiro e ao medo que determinou o afastamento do cemitério.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Rio Grande, enquanto uma cidade portuária no extremo sul do Brasil, assim como outros portos do período, demonstrou fragilidade frente ao constante intercâmbio de indivíduos provenientes dos mais diversos lugares do globo e portadores em potencial de moléstias. Henrique Torres afirma que:

a precária urbanidade da cidade do Rio Grande naquele ano de 1855 e o avanço triunfal da epidemia que ceifou vidas e deixou o desespero e o

medo entre a população. Os limites do biológico frente ao inexorável, promoveu a ruptura do cotidiano; levou ao descompasso das atividades portuárias e da capitalização dos mercadores e comerciantes; desencadeou o horror entre os escravos negros que tiveram uma alta mortalidade (TORRES, 2015, p.9).

Ainda antes da epidemia de cólera ocorrer, já havia discussões na Intendência Municipal para a criação de um cemitério extramuros, visto o crescimento populacional estar amontoando o cemitério do Bom Fim. Com a eclosão da epidemia, aliada aos preceitos médicos de circulação de “ares carregados” (miasmas), apressou-se a construção deste novo cemitério:

O Cemitério Extramuros ou Geral foi inaugurado às pressas, frente à crise que a cidade do Rio Grande passava no final do ano de 1855 ante a grande mortalidade ocasionada por uma epidemia que levou as autoridades a romperem os muros que protegiam militarmente a localidade (TORRES, 2006, p.127).

A partir de então, todos agora tinham o direito a um funeral e espaço para enterro. No regimento do cemitério redigido pela Santa Casa, especificava-se que não se fariam mais distinção entre membros ou não-membros de Irmandades ficando com as diversas irmandades apenas os encargos monetários.

4. CONCLUSÕES

O estudo da morte e da administração das práticas fúnebres em uma cidade que buscava um ideal de modernidade e de civilização em meados do século XIX, considera ainda aspectos referentes à esfera da higiene pública, do crescimento demográfico e das regularizações políticas por uma outra sensibilidade frente ao morto e ao cemitério.

O poder público, por meio da adoção dos discursos sobre saúde, química e higiene impõe normas sobre os espaços da cidade, sobre as formas de enterro e sepultura possíveis; normas também para o cortejo e ceremoniais, já que agora o morto e a falta de asseio ligado a espaços que este ocupava poderiam poluir os ares para a população local, visando assim a um maior controle higiênico e afastamento de doenças contagiosas. São todas estas medidas que se espelham na criação do novo cemitério da Santa Casa, a construção de um novo espaço aos moldes da modernidade pretendida pelos Rio Grandenses do século XIX.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, P. **História da morte no ocidente**: Da Idade Média aos nossos dias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

CHARTIER, R. **A História Cultural**: entre práticas e representações. 2. ed. Algés: Difel, 1990.

CHARTIER, R. A “Nova” História Cultural existe? In: LOPES, A. H.; VELLOSO, M. P; PESAVENTO, S. J. (orgs.) **História e linguagem: texto, imagem, oralidade e representações**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. P.29-43.

CYMBALISTA, R. **Cidade dos vivos**: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do Estado de São Paulo. 1.ed. São Paulo: Annablume FAPESP, 2002.

FRANCO, M. C. V. **De campo santo à necrópole monumentalizada: o processo de criação e transformação do cemitério público de campos dos Goytacazes no século XIX**. 2019.Tese. Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

RODRIGUES, C. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos**: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1997.

TORRES, L. H. A morte é o centro das atenções: o regimento do cemitério extramuros (1859). **Biblos**. Rio Grande, v. 19, p.127-133, 2006.

TORRES, L. H. **Rio Grande em tempos de cólera**: epidemia, morte e poder. 1. ed. Rio Grande: Pluscom Editora, 2015.